

Avaliação dos Impactos Sociais e Econômicos dos Empreendimentos Solidários em Pernambuco

CNPq / Propesq | Período de 2003 a 2007

Pesquisadora: Ana Cristina Brito Arcoverde

Bolsistas: Izabel Leite de Souza, Natacha de Melo Fragoso, Leide Daiana Cassimiro da Silva e Isadora Serrano Vitoriano

Justificativa

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo avaliar os impactos sócio-econômicos dos empreendimentos econômicos solidários nas condições de vida dos participantes e suas famílias, bem como na social-economia do local, no estado de Pernambuco.

Em tese, os empreendimentos solidários se propõem a romper com as relações de produção capitalistas e instaurar no seu seio uma nova lógica e forma social de pensar, produzir, distribuir, poupar e investir. O argumento é o de que os princípios que organizam as relações de trabalho, gestão, poder, a propriedade e financiamento dos meios de produção, numa sociedade capitalista tardia, como é o caso da brasileira, e pernambucana em particular, constituem as razões da pobreza e da desigualdade sócio-econômica de grupos sociais, e por isso mesmo devem ser substituídos pelos princípios defendidos pela economia solidária, a saber: cooperação social, auto-gestão, controle e decisão pelos próprios empreendedores, propriedade social dos meios de produção, solidariedade social, dentre outros. Se tais princípios se concretizam é evidente que mudanças nas condições de vida, redução da pobreza e da desigualdade social dos participantes e suas famílias, e na social-economia do local comparecem como seus impactos imediatos e carecem de aferição, avaliação.

Experiências oriundas da sociedade civil ou mesmo incentivadas pela intervenção pública e naquela direção vêm se desenvolvendo ao longo do tempo, nos vários estados brasileiros, sendo inclusive objeto de estudos e pesquisas, sem que sejam avaliadas quanto aos seus impactos objetivos, subjetivos e substantivos. A proposta da presente pesquisa é avaliar os impactos sociais e econômicos dos empreendimentos econômicos solidários no cotidiano da vida dos participantes e seus rebatimentos nos indicadores sócio-econômicos do local como contribuição à reprogramação de atividades dos empreendimentos, ao aperfeiçoamento das experiências, e sua defesa como proposta possível para formulação de projetos semelhantes e suas inclusões nas políticas públicas. Depois de alguns anos, para não dizer décadas, vimos investigando temáticas e problemáticas para nós instigantes e questionadoras da ordem do capital: desemprego¹, exclusão/inclusão no mercado de

¹ De 2001 a 2004 a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de Recife (RMR) oscilou de 21,1% a 23,2%, uma média de 21,9%, o que equivale a 250.098 mil pessoas desempregadas. Conforme dados do DIEESE de 2005, de 2001 a 2004 na RMR, a população economicamente ativa era de 1.142.000 mil pessoas, e existiam 1.212.000 pessoas ocupadas.

trabalho, informalidade na relação Estado-sociedade, negociação de interesses públicos e privados, pequena produção urbana, avaliação de programas públicos de combate à pobreza. Cada novo tema e problemática tem, em geral, relação íntima com os resultados obtidos nas pesquisas anteriores, com a realidade sócio-econômica e política, contemporânea, a saber: crescimento do desemprego a despeito de todas as ações privadas e públicas, favorecimento de neoclientelismos e apropriação privada de recursos públicos, prevalência dos interesses particulares sobre os coletivos, descentralização e pulverização de recursos sem a garantia da eficácia das instituições executoras de políticas, sistema de informação e tecnologia, controle e gerenciamento ainda insuficientes, ineficientes e ineficazes, concorrência e duplicidade de ações no processo de descentralização de programas voltados para o social e para o trabalho, explicações distorcidas do desemprego, desvalorização da cultura de ações de intermediação, qualificação para o trabalho incoerente com as demandas de mercado, redução de direitos e trabalhistas, reestruturação regressiva, globalização e crise do trabalho assalariado, cortes de gastos públicos implicando redução das políticas sociais, desigualdades socio-econômicas, vulnerabilidades, etc. Em pesquisa anterior constatamos a existência de experiências econômicas solidárias que datam da década de 30, e verificamos suas expansões de modo significativo, sobretudo, após os anos 70 do século vinte. Os contextos sociais, políticos e econômicos que as determinaram revelam as crises da economia e do padrão de bem estar fruto de decisões políticas que vêm afetando negativamente as condições de vida da população pernambucana.

Preocupa-nos, em particular, as situações de privação, desemprego, desigualdade e pobreza vivida por amplos segmentos da população pernambucana, e a contribuição das experiências buscadas pela mesma, ou incentivadas pela ação pública para a superação daquelas situações, entendidas tais experiências como capazes de provocar melhorias e, ou alterações nas condições de vida dos participantes, suas famílias e na dinâmica de desenvolvimento social e econômico do local, ou seja: capazes de provocar mudanças sociais.

Dentre as experiências buscadas pelas populações privadas do trabalho e de meios para garantir suas existências despontam no espaço privado ou mesmo incentivadas pelo poder público iniciativas econômicas populares solidárias baseadas na livre associação, trabalho cooperativo e na autogestão. Se os estudos, até o momento, discutem não só o caráter alternativo de tais empreendimentos para a desocupação, desemprego e pobreza de seus integrantes, ou o potencial reorganizador do trabalho, ampliamos e direcionamos o foco do presente estudo questionando os seus impactos sociais e econômicos nas condições de vida de seus participantes e na economia local. Como os empreendimentos econômicos solidários vêm provocando mudanças quantitativas, subjetivas e qualitativas sobre as condições de vida da população engajada? Quais os impactos dessas experiências na social-economia do local? Possuiriam tais empreendimentos potencial provocador de mudanças sociais e econômicas na realidade local? Como vem se concretizando a cadeia de impactos?

Apesar da existência de estudos no Brasil sobre o fenômeno da economia solidária e, ou dos empreendimentos solidários, a avaliação de seus impactos, em Pernambuco, é rara. A contribuição

da presente pesquisa aparece como requerimento para desvelá-lo em sua orientação para a mudança social e econômica, capacidade de alteração das condições de vida dos participantes, e contribuição para a economia local. Contribuir para clarear pontos ainda obscuros é tarefa de extrema necessidade e importância, sobretudo na avaliação que articula as óticas social, ideológica e econômica, e por consequência política.

Objeto da pesquisa

O objeto da pesquisa é constituído pelo conjunto de empreendimentos econômicos solidários enquanto experiências coletivas de trabalhadores em busca de melhores condições de vida para seus integrantes, familiares e para o local, em Pernambuco.

O desenvolvimento de empreendimentos econômicos associativos de trabalhadores em meio aos efeitos excludentes de um capitalismo tardio chama atenção e provoca questionamentos sobre seus impactos nas condições de vida dos participantes e do local. Seriam tais iniciativas capazes de melhorar as condições de vida de seus participantes e provocar alterações na economia local? Em quais itens as condições sociais e econômicas de seus empreendedores mudaram? Que impactos provocaram nos indicadores sociais e econômicos do local? Como e em que medida a situação social e econômica dos participantes do empreendimento foi modificada? Que relação é possível de estabelecer entre os resultados e, ou impactos dos empreendimentos nas condições de vida dos trabalhadores com os indicadores sociais e econômicos do local?

A busca de melhoria das condições de vida e de alternativas de trabalho para enfrentar o desemprego, seja pelo Estado, enquanto mediador das relações sociais, seja pelos próprios trabalhadores rejeitados pelo mercado de trabalho formal é uma constante na história política e socioeconômica do capitalismo e, ou do socialismo. As investidas dirigem-se, em geral, para o mercado formal e informal de trabalho, trabalho autônomo, políticas públicas executadas pelo Estado e organizações parceiras, e são todas de resultados ainda não conhecidos e, ou avaliados em seus impactos, e mesmo quando detectados são pouco animadores.

Na contemporaneidade, assiste-se à expansão de formação de associações, empreendimentos econômicos, cooperativas, oficinas, redes e, ou clubes de troca, etc., afirmando combinar relações sociais mais democráticas, eqüitativas e comprometidas com as coletividades em que se inserem. Nessas formas de organização coletiva do trabalho e renda são estimuladas a autogestão, a cooperação, e a solidariedade sociais como alternativa à busca de melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Em geral valoriza-se o sentimento comunitário, o igualitarismo, a reciprocidade, a organização democrática, participativa e auto gestonária. Tais empreendimentos, afirma Singer (2002), desenvolvem-se à base de dois princípios fundamentais: igualdade no poder e sócio-econômica. Tais princípios se materializariam nos empreendimentos econômicos solidários no espaço pernambucano? E em se materializando conseguem redistribuir bem-estar concretizando assim mudanças?

A lógica de substituição de trabalho vivo por tecnologia e gestão enxuta nas empresas

capitalistas reduziu ao mínimo o trabalho assalariado e protegido deixando à sua sorte toda uma massa de trabalhadores. Contudo esse processo excludente não avança sem encontrar resistências. Os excluídos do trabalho formal resistem diariamente através de ações individuais e coletivas muito diversas como as estratégias de sobrevivência, projetos nacionais e globais de oposição e iniciativas locais. Nesse sentido, a realidade aponta para a multiplicação de organização de iniciativas econômicas solidárias polimorfos – mutualidades, cooperativas, associações, organizações de auto-ajuda, de caridade, de voluntários e não lucrativas - que lembram as guildas, confrarias, corporações de ofício e os falanstérios da idade média. Dentre os objetivos afixados encontram-se a busca de superação das situações de privação das necessidades de bem-estar, das desigualdades acumuladas pelo modelo de desenvolvimento adotado no país, da pobreza e do desemprego estrutural.

As leituras e reflexões teóricas daquela emergente realidade sugerem estarmos ou diante de uma economia plenamente articulada com a economia formal enquanto fonte de produtos, serviços e mão de obra barata para o setor moderno da economia e, logo, reproduzindo e expandindo a exploração pelo lucro incessante do fator trabalho; ou estamos diante da germinação de uma economia alternativa, distinta da lógica mercantil capitalista, com potencial de emancipação e, portanto, viável no sentido de garantir a melhoria das condições de vida de seus membros com rebatimentos no local, garantindo a reprodução social e realizando mudanças na direção da justiça social. Ou seja, de uma economia assentada num modo de produção coletivista e menos dependente em relação ao Estado, de filiação voluntária por parte dos sócios, estrutura democrática de poder, caráter coletivo do capital do empreendimento, distribuição eqüitativa dos ganhos e ausência de remuneração do capital, devendo por isso mesmo repercutir satisfatoriamente na melhoria das condições de vida e do bem-estar de seus realizadores.

Sabe-se que o modo de produção capitalista apresenta quatro características básicas, e que até o momento se apresentam separadas: a- regime de produção de mercadorias que só visam o mercado, b- separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, c- conversão da força de trabalho em mercadoria sob a modalidade do trabalho assalariado e, d- extração da mais valia sobre o trabalho cedido ao detentor dos meios de produção como estratégia para a ampliação incessante do valor investido na produção, sendo a mais valia finalidade direta e móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital. Gaiger (2002) nos lembra que o capitalismo encontra-se fundamentado numa relação social entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de valorização de sua capacidade de trabalho. E Giannotti (1976:164) reforça afirmando tratar-se de uma relação classista que se efetiva através de uma colaboração ilusória, mas não menos real, das três classes básicas: assalariados (cada vez mais reduzida), capitalistas e proprietários fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias.

Nos empreendimentos econômicos solidários como nova forma social de organizar a produção, aquelas características seriam substituídas. O pensar e as práticas de autogestão e cooperação conferem aos empreendimentos uma natureza singular e distinta da natureza que permeia o modo

de produção capitalista, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente, reconciliando trabalhador e forças produtivas, a saber: 1- regime de produção de mercadoria dirigido à satisfação de necessidades de seus componentes, 2- propriedade social dos meios de produção, 3- o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade dos trabalhadores, em regime de paridade de direitos, 4- a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalhadores que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido, 5- unidade entre posse, propriedade e uso dos meios de produção, 6- solidarismo como base da racionalidade eqüitativa econômica, relações internas, vínculos mútuos que definem o processo de trabalho e produção, 7- repartição igualitária dos ganhos.

Como tais características vêm provocando impactos nas condições de vida dos trabalhadores e suas famílias, nos seus aspectos sociais e econômicos, em Pernambuco; e em que medida a realidade local expressa efetiva mudança nos seus indicadores sociais e econômicos a partir daquelas experiências?

A pesquisa pretendida visa captar a cadeia de impactos – insumos, atividades, produtos, resultados, impactos – objetiva, subjetiva e substantivamente efetivada pelos empreendimentos econômicos solidários em termos de melhoria nas condições de vida dos seus participantes e nos indicadores sócio-econômicos do local, no solo pernambucano, mediante a mensuração e análise dos seguintes indicadores sociais: alimentação, trabalho, proteção social, despesa familiar, condições de habitação, água e saneamento, educação, saúde, recreação, mudança; econômicos: produção, produtividade, renda, propriedade, investimento, custos, participação no empreendimento, financiamento e dívidas; e ideológicos: pensamento, percepção de atendimento das necessidades, consciência da mudança, visão de mundo, atitude e comportamento.

Para tanto será necessário empreender a caracterização de tais empreendimentos no que concerne à produção, comercialização, ganhos e sua redistribuição dentre os que trabalham, em seguida conhecer os impactos na melhoria ou não das condições de vida dos empreendedores e identificar a percepção da mudança e, finalmente, cotejá-los com os indicadores sócio-econômicos da localidade na busca pela mudança. Enfim, avaliar alterações nas condições de vida dos que participam dos empreendimentos econômicos solidários e suas relações com as mudanças sociais e locais.

Discutindo avaliação e suas modalidades

A palavra avaliação possui ou é utilizada no sentido lato e significa determinar a valia, valor, preço, merecimento ou estima de algo, e que a fazemos sem nos apercebermos cotidianamente. Mas no sentido amplo, ou avaliação utilizada no campo profissional, ela é complexa, se orienta pelo método científico e possui múltiplas dimensões, sejam: valorativa, cognitiva, comportamental. Dependendo da área de conhecimento, avaliação procura dar conta de problemas, realizar mensurações e buscar instrumentos para aferir cada dimensão. A avaliação inclui, assim, uma dimensão técnica e metodológica, além da teórica e política. Tratando-se de pesquisa avaliativa, como é o caso

presente, métodos e técnicas da pesquisa social darão sentido à busca de subsídios para afirmar a contribuição ou não dos empreendimentos econômicos como meio de garantia de trabalho e melhoria das condições de vida dos participantes e dos indicadores sócio-econômicos do local.

Além de se constituir em atividade sistemática, planejada e dirigida por objetivos, a avaliação “identifica, obtém e propicia informações válidas confiáveis, suficientes e relevantes para fundamentar um juízo sobre o mérito, importância, contribuição ou valor de um programa, de uma atividade específica; comprova a extensão e o grau dos resultados e serve de base para tomada de decisão racional sobre o desenvolvimento de programas ou ações, soluções de problemas e compreensão dos fatores determinantes de êxitos e fracassos”, Silva, 2002, 48-49.

Avaliação pode ser compreendida, portanto, como “uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou execução), ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que sirva de base ou de guia para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento”, Aguilar & Ander-Egg, 1994, 31.

Tipos de avaliação

Sobre avaliação, a literatura tem registrado diversas modalidades ou tipos definindo-os através de múltiplos critérios, e em função das perguntas que se fazem à realidade de um programa, de uma ação ou de uma experiência. Geralmente o objeto para avaliação é que permite as escolhas do tipo, método, procedimentos e técnicas mais adequados para serem utilizados.

Cohen & Franco (1993) tipificam avaliação conforme o momento em que se realiza e seus objetivos, a saber: antes, durante e depois. Na avaliação ex-ante são antecipados aspectos a serem considerados no processo decisório para conferir racionalidade ao mesmo, ordenar projetos segundo a eficiência e até decidir se deve ou não ser implementado. Para tanto requer a análise da relação entre custo e benefício e entre custo e efetividade. Na avaliação ex-post, que é realizada durante ou após a execução do projeto ou ação o objetivo é buscar subsídios para fundamentar decisões qualitativas de manter ou introduzir modificações. Trata-se de avaliação de processo ou concomitante e avaliação terminal ou do depois que é a avaliação de impacto.

Aguilar & Ander-Egg (1994) utilizando o mesmo critério do momento chega a uma tipologia semelhante classificando a avaliação em antes, durante e depois. Na modalidade antes a preocupação é com a pertinência, viabilidade e eficácia em potencial, frente à realidade. A avaliação realizada durante a execução ou avaliação de gestão contínua levanta informações sobre o andamento do programa, ponderando resultados, com o objetivo de avaliar mudanças situacionais e se não corresponder ao

planejado subsidiar alterações. A avaliação ex-post é a de impacto, e objetiva avaliar a eficiência, os produtos, efeitos e os impactos, bem como o conhecimento e a experiência para orientar práticas e programas futuros.

Browne & Wildavsky (1984), utilizando o critério do tempo de realização, classifica a avaliação como: retrospectiva, prospectiva, formativa, contínua e integrativa.

Ainda, Cohen & Franco (1993) e Aguilar & Ander-Egg (1994), conforme quem realiza a avaliação, apontam para os tipos seguintes: externa, avaliação realizada por pessoas estranhas ao quadro da instituição, programa ou ação; interna ou auto-avaliação, realizada no interior da instituição por pessoas vinculadas ou não à formulação e, ou execução do programa, ação ou experiência. Ainda, falam de avaliação mista que combina as modalidades interna e externa com a intenção de superar os limites de ambas e preservar as suas vantagens. Quanto aos destinatários das avaliações, Silva (2001) baseada em Cohen & Franco indica serem os dirigentes superiores, os administradores e os técnicos que executam o programa ou realizam as ações os destinatários das avaliações.

Fala-se, ainda, de uma infinidade de modalidades de avaliação: avaliação inferencial, livre, multiobjetivo, por decisão teórica, verdadeira, meta-avaliação, pseudo-avaliação, quase avaliação, interativa, por atores, por processo, por necessidade, formativa, etc. Interessa para nosso objeto de estudo e pesquisa conhecer das modalidades de avaliação ex-post, somativa (que se interessa pelos resultados obtidos pelo conjunto de ações desenvolvidas), compreensiva, e de impactos, ou seja: focada na eficácia entendida como mudança ou estimativa das ações sobre o problema que as requereram.

Avaliação de impactos sócio-econômicos

Conforme Roche (2002, 33), “as abordagens de avaliação de impacto (“seqüência de acontecimentos que emanam da implementação de uma decisão”, de uma ação, Grumm, 1975:443) datam dos anos 50 do século passado”. Não é raro que as mesmas àquela ocasião tratassem de prever, antes do início de um programa, experiência ou ação, suas prováveis conseqüências, fossem elas sociais, econômicas, ambientais ou de outra natureza, para poder aprová-lo, ajustá-lo ou mesmo rejeitá-lo.

Dentre as abordagens de avaliação de impacto, têm-se as de impacto social, de custo-benefício social, ambiental, etc. Nos últimos tempos esforços têm sido empreendidos para integrar as avaliações de impacto social e ambiental em formas mais coerentes, além do que a análise de impacto social esteve limitada quanto a sua realização de somente ser realizada após vários anos do encerramento de um programa e, ou experiência. Nos anos oitenta surgiram vários métodos de pesquisa preocupados em tornar as pessoas e comunidades participantes sujeitos ativos das avaliações de impactos.

Apesar de tais iniciativas no campo da avaliação de impactos, não é comum ou freqüente a sua realização. Os analistas preferem antes se referirem aos efeitos ou resultados do programa, ação

ou experiência do que aos impactos, seja na sua concepção de “mudanças sustentadas nas vidas das pessoas provocadas por uma determinada intervenção” ou experiência, seja: de impacto “como mudanças significativas ou permanentes na vida das pessoas, ocasionadas por determinada ação ou série de ações”, (Roche, 2002, 36).

Cardoso (1998, 51) chama a atenção para a complexidade da avaliação de impactos “já que não basta mostrar que ocorreram mudanças, mas é preciso mostrar, também, que as mudanças registradas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem a ação” realizada. Ainda, que é preciso considerar a natureza do impacto, seja ele objetivo (mudanças quantitativas em termos de acréscimos de bem-estar), subjetivo (estado de espírito ou percepção da importância do empreendimento) ou substantivo (qualidade do acréscimo).

Independente da natureza do impacto, sua aferição requer sejam comparados os aspectos quantitativos, ideológicos e qualitativos da população entre o antes, no processo e o depois da ação ou experiência realizada.

No caso dos empreendimentos econômicos solidários serão buscados os acréscimos de bem-estar, a percepção que os empreendedores possuem do próprio negócio e a qualidade da mudança em sua vida e no contexto do local.

Supõe-se que os programas, as experiências e as ações empreendidas no âmbito da economia solidária podem fazer uma importante diferença para a vida das pessoas, ainda que não seja permanente. Certamente os empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco e que já os estudamos quanto aos seus princípios, capacidade organizativa e de inclusão, ou mesmo alternativa ao modo de produção capitalista, podem fazer diferença para alterarem objetiva, subjetiva e substantivamente as condições de vida de seus participantes, e para o local em termos de melhorias sócio-econômicas.

Dá a importância de proceder à avaliação de seus impactos observando como provocou mudanças nas condições de vida dos empreendedores e nos indicadores sociais e econômicos do local.

Avaliação de impactos será tomada na presente pesquisa como “análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas, positivas ou negativas, planejadas ou não, na vida das pessoas (trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários e suas famílias, social-economia do local) e ocasionadas por determinada ação ou série de ação” (Roche, 2002, 37). O foco será, portanto, nos resultados e conseqüências dos empreendimentos econômicos solidários em termos sociais, econômicos e ideológicos para os seus membros e para a localidade, e a atenção dedicada à natureza sistemática de tal esforço.

Objetivos Gerais

- Avaliar os impactos sócio-econômicos nas condições de vida dos integrantes e familiares dos empreendimentos solidários, em Pernambuco.

- Avaliar o rebatimento dos impactos sociais e econômicos de tais empreendimentos nos indicadores sócio-econômicos do contexto local.

Objetivos específicos

- Atualizar e revisar o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco;
- Organizar a publicação de um cadastro dos empreendimentos econômicos solidários de Pernambuco com o perfil dos empreendedores e de suas famílias;
- Levantar dados empíricos sobre as condições de vida dos trabalhadores e familiares que integram os empreendimentos solidários no estado;
- Caracterizar os ganhos financeiros e sociais obtidos pelos integrantes dos e com os empreendimentos econômicos;
- Identificar e acompanhar os indicadores sociais e econômicos das localidades nas quais se inserem os empreendimentos econômicos.

Procedimentos metodológicos

A avaliação dos impactos sócio-econômicos nas condições de vida dos participantes e suas famílias, e no contexto no qual se desenvolvem empreendimentos econômicos solidários, em Pernambuco, requererá procedimentos metodológicos de natureza exploratória, quantitativa e qualitativa nas diversas fases da cadeia de impactos e da investigação.

Na fase inicial, e logo mais exploratória será necessário atualizar o levantamento realizado em pesquisa anterior junto às organizações públicas de registro de iniciativas econômicas solidárias (tipo cartório, prefeitura, junta comercial, organizações estaduais e até nacional de cadastramento, etc.) e a aplicação via direta e, ou indireta de formulário para realizar o mapeamento e coletar informações junto aos empreendimentos solidários ainda não conhecidos no estado de Pernambuco. A localização e identificação das iniciativas permitirão não somente agrupá-las por sub-região, forma de organização, capacidade financeira, etc., mas também realizar a classificação e seleção das unidades econômicas coletivas de trabalhadores que serão, enquanto amostra aleatória, estudadas em profundidade.

Ainda, em termos exploratórios, será realizado levantamento de documentação sobre a legislação pertinente, sobre a política (decisões políticas na esfera pública, sobretudo da Secretaria recentemente criada para gerir e ampliar a economia solidária) de combate ao desemprego e à exclusão social do Estado brasileiro, sobre regulamentos e toda a documentação produzida nos âmbitos federal, estadual e local que tem como finalidade possibilitar familiaridade, clareza e ampliação das experiências e suas naturezas em torno da problemática de estudo e pesquisa.

Ainda, sobre condições de vida e indicadores econômicos e sociais no estado e nas localidades dos empreendimentos selecionados nos valeremos das estatísticas oficiais disponíveis

sobre: indicadores sociais - alimentação, trabalho, proteção social, habitação, água e saneamento, educação, saúde, recreação, despesa familiar; indicadores econômicos – produção, produtividade, renda, propriedade, investimento, custos, etc., nos diferentes ramos da atividade produtiva, bem como de estudos e resultados de pesquisas realizadas pelo próprio núcleo e pôr pesquisadores e órgãos encarregados de acompanhar a evolução das condições sócio-econômicas da população a nível estadual e local, negociarem e apoiarem iniciativas alternativas de enfrentamento ou mesmo de implementação e acompanhamento de políticas e práticas coletivistas, na área da produção e, ou do trabalho.

Quanto aos indicadores ideológicos serão obtidos através de coleta direta de dados junto aos empreendedores e seus familiares sobre a percepção, o que pensam, consideram a importância do empreendimento e das mudanças sociais e econômicas provocadas pelo mesmo no seu cotidiano e no local.

Ainda, acompanharemos a produção e o debate sobre economia solidária, condições de vida, desenvolvimento local, trabalho, diagnósticos e soluções, tanto em Pernambuco, quanto ao nível nacional.

Uma vez cadastrados e classificados os empreendimentos econômicos solidários selecionaremos uma amostra aleatória daqueles empreendimentos que constituíram o universo construído, nas cinco sub-regiões do estado e por ramo de atividade para estudo em profundidade de sua produção, produtividade, investimento, custos, participação no empreendimento, financiamento e dívidas; bem como das condições de vida de seus participantes e familiares levando em conta os seguintes indicadores sociais – renda, propriedade, trabalho, proteção social, despesa familiar, condições de habitação, água e saneamento, escolaridade. Igualmente serão levantados e acompanhados dados sócio-econômicos dos locais aonde se desenvolvem os empreendimentos e cotejados com os dados familiares. A intenção é captar os insumos, atividades, produtos, resultados e, impactos dos empreendimentos entendidos como melhoria efetiva nas condições de vida dos empreendedores e seus rebatimentos nos indicadores sócio-econômicos do local, solo pernambucano.

Ainda, procederemos à leitura dirigida dos documentos produzidos com a coleta de dados orientada por categorias e unidades de contexto nos textos. Assim, procederemos ao recorte das condições de vida, cotidiano, mudanças, impactos sociais e econômicos, trabalho, produção, renda, ganhos e sua redistribuição, índices de desenvolvimento local.

Quanto às associações de produção e trabalho inventariadas, procederemos à identificação do tipo de empreendimento, se individual ou coletivo, natureza jurídica, associativa e produtiva, participantes, etc. Tomaremos como indicadores os conteúdos definidores e diferenciadores do que seja individual, particular, social, coletivo, autogestão, cooperativa, solidariedade, não somente referente à fonte de financiamento, natureza da organização (estatutos), mas também quanto à finalidade posta em termos da lógica de pensar, forma social e da prática solidária e cooperativa. Ainda, serão indicadores as áreas de trabalho, a responsabilidade social e coletiva e a gestão das atividades, produção, distribuição e repartição igualitária dos ganhos.

A leitura da literatura existente a respeito do contexto social, econômico e político do país, do estado e do município subsidiarão a identificação de determinações externas e a análise dos resultados, produtos e impactos ou dos processos de mudança social e econômica ocorrida a partir da criação e participação do trabalhador no empreendimento econômico solidário.

Em seguida à identificação e diferenciação dos empreendimentos econômicos solidários selecionaremos uma amostra aleatória para aprofundamento do estudo. Para tanto, critérios estatísticos, o feeling e a experiência de pesquisador ajudarão a detectar indicadores de seleção. Alguns indicadores podem desde já ser apontados: ser empreendimento econômico (produção de bens e serviços), que reúna coletivamente trabalhadores, adesão livre, produção para autoconsumo, finalidade coletiva, autogestão, origem, igualitarismo, etc.

Além de indicadores sociais, econômicos e ideológicos poderemos lançar mão, quando necessário, de indicadores estatísticos (porcentagem) que cruzaremos com aqueles.

Nesse momento, a coleta de dados secundários poderá ser retomada em função de complementação de documentação produzida, mas ainda desconhecida. Da mesma forma, será necessária a realização de entrevista semi-estruturada e em profundidade com os participantes dos empreendimentos, seus interlocutores em nível de financiamento, produção, comercialização, tanto do lado das organizações de mesma natureza, quanto com o mercado local, organizações, na esfera de governo própria.

Reunidos, sistematizados, classificados e produzidos os dados e informações necessárias e suficientes sobre a cadeia de impactos dos empreendimentos econômicas solidárias, a eles será aplicado o procedimento de análise de conteúdo. A análise de conteúdo requer inicialmente a construção de uma grade com categorias, unidade principal e de contexto e unidades de registro. Em seguida, a leitura dirigida e o recorte dos fragmentos de conteúdo dos diferentes documentos se fazem obrigatória para captar e fazer aparecer, posteriormente, pelo retorno do fragmento ao texto, o que se encontra latente ou não-dito no texto inserido no contexto.

O Plano de Trabalho

Prevemos a duração de três anos, embora saibamos da amplitude, custo e complexidade da avaliação de impactos a partir de sua cadeia – insumos ou o empreendimento solidário, atividades produtivas, sociais, políticas realizadas, produtos como objetos fabricados, lucros obtidos, experiência associativa, percepções dos ganhos sociais e econômicos, visão de mundo, resultados como elevação do padrão de consumo de bens e serviços, investimentos, e impactos, mudança, melhorias de bem-estar, na percepção do próprio empreendimento e nos indicadores sociais e econômicos do local. Conhecemos as dificuldades a serem enfrentadas/superadas, como: imprecisão de dados estatísticos, acesso à documentação que às vezes encontra-se dispersa e desorganizada, negociação com os empreendimentos solidários de trabalhadores para autorizarem a coleta de dados, disponibilidade de tempo e disposição dos trabalhadores e familiares em concederem entrevistas e informações sobre

o empreendimento, ausência de informações precisas no município onde o mesmo está sediado, captação do cotidiano, das condições de vida familiar, tempo para afinar a equipe de trabalho, buscar financiamento, entre outros.

Planos de Análise

Os planos de análise acompanham a natureza da problemática de estudo e pesquisa e, igualmente a dos dados e informações obtidas sobre a cadeia de impactos – insumos, atividades, resultados, produtos e impactos – para sua avaliação objetiva, subjetiva e substantiva. A avaliação de impactos sociais e econômicos e a análise de conteúdo dos diferentes documentos coletados e produzidos se desenvolverão em três níveis:

- A) no plano do conteúdo econômico, ou seja: dos acréscimos de bem-estar nas condições de vida do empreendedor e sua família, e nos indicadores econômicos do local como impactos produzidos pelo empreendimento econômico solidário;
- B) no plano do conteúdo social ou da qualidade dos acréscimos de bem-estar e da mudança das condições de vida pessoal e familiar, e nos indicadores sociais do local no qual o empreendimento está sediado;
- C) no plano do conteúdo da ideologia do discurso, ou seja: da percepção que o participante possui ou passou a possuir sobre a importância do empreendimento econômico solidário e seu impacto nas condições de vida ou mudanças por ele provocadas.

Os conteúdos permitirão avaliar a quantidade, a qualidade e a consistência ou percepção dos impactos sócio-econômicos como mudança operada pelos empreendimentos econômicos solidários nas condições de vida do empreendedor e sua família e nas do local, nas seguintes dimensões:

- A) Objetiva ou quantitativos – acréscimos de bem estar pessoal, familiar e da coletividade local - economia;
- B) Subjetiva ou qualitativa – qualidade dos acréscimos de bem-estar pessoal, familiar e da coletividade local – sociedade local;
- C) Ideologia ou substantiva – percepção da importância do empreendimento econômico solidário – mudança produzida enquanto impacto sócio econômico.

Categorias de Análise

A construção dos questionamentos da pesquisa proposta aponta para algumas categorias de análise – social-economia, ideologia, bem-estar, avaliação, impactos, mudança. Tais categorias orientarão a investigação, mas também unificarão a análise dos conteúdos produzidos sobre os impactos sociais e econômicos resultantes das práticas dos empreendimentos econômicos solidários,

no estado de Pernambuco. Se durante os estudos e pesquisas outras categorias parecerem necessárias e indispensáveis ao desenvolvimento do trabalho serão a eles incorporadas, da mesma forma dispensaremos as que não derem conta da problemática.

Técnicas e Instrumentos de Pesquisa

Serão utilizadas técnicas e instrumentos de pesquisa avaliativa quantitativa e qualitativa coerente com cada plano de análise, e apropriadas para obtenção dos dados econômicos, ideológicos e sociais a fim de avaliar os impactos ou as mudanças decorrentes dos empreendimentos econômicos solidários. Em todos os planos e etapas da pesquisa e aos resultados obtidos com as entrevistas será realizada leitura orientada ou dirigida pelas categorias, unidades de contexto e de registro dos diferentes documentos.

O instrumental essencial da pesquisa sobre avaliação dos impactos sociais e econômicos dos empreendimentos econômicos solidários em Pernambuco será, além da documentação e sua leitura dirigida, por excelência a entrevista em profundidade com roteiro preestabelecido – analisada em seu conteúdo – e realizada/concedida pelos trabalhadores das iniciativas econômicas associativas coletivas. A documentação, bem como os dados obtidos será organizado e classificado, pôr empreendimento, plano de análise e categoria trabalhada.

Para a realização de entrevistas será solicitada previamente autorização dos entrevistados em concedê-las bem como de registrá-las em fita cassete. Ainda, será elaborado roteiro baseado nos questionamentos levantados no projeto e outras indagações que possam emergir dos dados documentais coletados junto às entidades públicas, legislação e bibliografia, submetidos à leitura dirigida. O conteúdo das entrevistas será organizado em torno das etapas da cadeia de impactos e de três eixos principais: o ideológico, o econômico, e o da mudança social. As implicações de natureza conjuntural – mudança de governo e de conteúdo da política - ou estrutural serão consideradas como subsídios para a interpretação dos dados e avaliação dos impactos, assim como o serão as características do governo local sob a égide das reformas do Estado, crise do capitalismo, globalização excludente e desemprego estrutural.